

GÊNERO EM ESPACIALIDADES GEOGRÁFICAS: TRAJETÓRIAS E COETANEIDADE

Larissa Araújo Coutinho de Paula

orcid.org/0000-0002-6585-7537
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: coutinholacp@gmail.com

Mateus Fachin Pedroso

orcid.org/0000-0002-9555-0405
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: mateus_fachin@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7341

Resumo

A ciência geográfica debruça-se sobre estudos de relações entre a sociedade e o espaço. Por muito tempo as análises ambientais e econômicas se sobrepuseram a outros temas que também conduzem as dinâmicas espaciais. Ao longo de sua consolidação enquanto ciência, a Geografia experimentou diferentes fases, alinhadas a distintas correntes teóricas, métodos e metodologias, de acordo com o tempo e espaço de cada geógrafo(o) que se dedicou a construí-la. Somente a partir da década de 1970 (no contexto anglo-saxão) e 1980 (no contexto brasileiro) é que a geografia passou a incorporar o conceito de gênero em suas análises, evidenciando como a espacialidade era construída e vivida por homens e mulheres. Posteriormente, outras abordagens foram consideradas, tais como a sexualidade e a etnia e a raça. Esse processo foi importante no sentido de apresentar uma ciência menos androcêntrica, eurocêntrica e burguesa. Este artigo tem como objetivo, por meio de revisão bibliográfica, elucidar o processo de inserção destas temáticas na Geografia, pontuando ainda, mudanças em relação ao posicionamento de geógrafas(os) diante dos sujeitos que têm como objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Geografia; Gênero; Feminismo; Metodologia.

GENDER IN GEOGRAPHICAL SPACIALITIES: TRAJECTORIES AND COETANEITY

Abstract

The geographic science focuses on studies of the relationship between society and space. For a long time, environmental and economic analysis overlapped with other themes that also drive spatial dynamics. Throughout its consolidation as a science, Geography experienced different phases, aligned with different theoretical currents, methods and methodologies, according to the time and space of each geographer (o) who dedicated themselves to building it. Only from the 1970s (in the Anglo-Saxon context) and 1980 (in the Brazilian context) did geography start to incorporate the concept of gender in its analyzes, showing how spatiality was built and lived by men and women. Later, other approaches were considered, such as sexuality and ethnicity and race. This process was important in the sense of presenting a less androcentric, Eurocentric and bourgeois science. This article aims, by means of bibliographic review, to elucidate the process of insertion of these themes in Geography, punctuating, changes in relation to the positioning of geographers (the) before the subjects that have as object of research.

Key words: Geography; Gender; Feminism; Methodology.

GÉNERO EN LAS ESPACIALIDADES GEOGRÁFICAS: TRAYECTORIAS Y COETANEIDAD

Resumen

La ciencia geográfica se centra en los estudios de la relación entre sociedad y espacio. Durante mucho tiempo, el análisis ambiental y económico se superpuso con otros temas que también impulsan la dinámica espacial. A lo largo de su consolidación como ciencia, la Geografía experimentó diferentes fases, alineadas con diferentes corrientes teóricas, métodos y metodologías, de acuerdo con el tiempo y el espacio de cada geógrafo (o) que se dedicó a su construcción. Solo a partir de la década de 1970 (en el contexto anglosajón) y 1980 (en el contexto brasileño) la geografía comenzó a incorporar el concepto de género en sus análisis, mostrando cómo los hombres y las mujeres construyeron y vivieron la espacialidad. Posteriormente, se consideraron otros enfoques, como la sexualidad y el origen étnico y la raza. Este proceso fue importante en el sentido de presentar una ciencia menos androcéntrica, eurocéntrica y burguesa. Este artículo tiene como objetivo, mediante una revisión bibliográfica, dilucidar el proceso de inserción de estos temas en Geografía, también puntuando, los cambios en relación con el posicionamiento de los geógrafos (los) ante los sujetos que tienen como objeto de investigación.

Palabras-clave: Geografía; Género; Feminismo; Metodología.

Introdução

A afirmação de que existe neutralidade científica, sobretudo nas ciências sociais, é por si só contraditória e bastante ludibriosa/. Acreditamos que a pesquisa implica sim em questões políticas, ou seja, em um posicionamento do pesquisador. A começar pela própria escolha do tema ser pesquisado, que não raramente diz respeito à personalidade de quem o pesquisa, seu modo de pensar, sua trajetória pessoal e profissional, suas vivências e valores que não se descolam de sua vida pessoal (PEDROSO, 2019). Por isso não cabe ao pesquisador manter indiferença científica para com a população estudada.

Dado a relevância do processo de construção da relação entre pesquisador e participantes da pesquisa, avaliamos a necessidade de detalhar essa interação (MARRE, 1991; WINKIN, 1998). Assim, a ciência não se reduz ao senso comum do cientista pitoresco que vive enclausurado em laboratório fazendo experimentos, sobretudo, se considerarmos a produção científica social. Na maior parte das vezes, nosso laboratório é o que chamamos trivialmente de campo, são as ruas de um bairro, um ponto comercial da cidade, uma reserva indígena, um assentamento, etc. (ZUSMAN, 2011). Se tratando da Geografia, todo fenômeno que se submete a uma espacialidade, torna-se objeto de estudo e produção de ciência.

Há inclusive quem defenda a ideia de que o aprendizado só se faz mediante ao ato de pesquisar, e é por meio de tal que resgatamos aqui algumas ideias de Demo (2002, 2008),

que enfatiza que a pesquisa é indiscutivelmente o meio mais eficaz para o ensino, pois desenvolve o espírito crítico e a autonomia dos envolvidos, uma vez que a produção do conhecimento só é atingida por meio de uma postura questionadora, rebelde, desconstrutiva, que reconstrói para de novo desconstruir (DEMO, 2002), que passa a ser tão fundamentalista quanto a religião. Por isso, o pesquisador consciente constantemente coloca-se em questionamento.

Para Minayo (2011), a produção do conhecimento depende da articulação, além da teoria e método, de um terceiro elemento, a criatividade. Este último item relaciona-se ao fato de que, por mais que os pesquisadores se debrucem ao estudo de uma mesma situação ou fenômeno, utilizando o mesmo método e procedimentos metodológicos, os resultados jamais serão iguais. Primeiramente pela bagagem de vida que traz cada um, e em segundo lugar, pelo aspecto peculiar da pesquisa, resultando em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995). Assim, concordamos com Oliveira (1998), para o qual a pesquisa é uma prática artesanalmente construída, na medida em que a comparação entre o artesão e o cientista se estabelece em virtude de ambos produzirem algo único, diferente, ao passo que o resultado da pesquisa também é algo comum, modesto.

É neste sentido que focalizamos a discussão do presente texto sobre as diferentes possibilidades de construção da ciência, sobretudo, da ciência geográfica, de modo que dedicamos esforços na reflexão sobre as questões de gênero e o feminismo na construção da Geografia a partir de alguns de seus conceitos estruturantes, visto que tomamos como base bibliografias clássicas e atuais para a discussão. Portanto, partimos destas colocações com o objetivo de refletir sobre trabalhos que têm como preocupação questões que estão voltadas a realidade corporificada dos sujeitos, ou seja, ligadas ao plano vivido na produção do espaço e das decorrentes espacialidades, e que assim acabem por apresentar outros caminhos possíveis.

Iniciando a reflexão...

São fatídicas as dificuldades de estudar um tema como gênero e sexualidades em virtude do latente confronto epistemológico, que por vezes é algo academicamente velado; ou ainda reduzido à marginalidade, sob o desprezo, a anedota e o sarcasmo, e ainda, no pior dos casos, dotado - a nosso ver - de um alto nível de “má fé” por aqueles que pensam deter

a hegemonia discursiva sobre o que deve ou não ser geográfico, e sobre como se deve ou não fazer Geografia (PEDROSO, et al, 2019).

Hoje, graças aos esforços de inúmeras pesquisadoras e pesquisadores que desde a década de 1980, ousaram inserir debates como gênero, raça e sexualidades; introduzindo-os, aprimorando-os, aprofundando-os, nos atrevemos a dizer que temos no campo de produção de nossa ciência, não apenas uma Geografia, mas incontáveis geografias (NOGUÉ; ROMERO, 2006).

Em termos teóricos tivemos o empenho de buscar abordagens diferenciadas para as relações de gênero. Tais abordagens estão, há tempos, inseridas em outras ciências que estudam o social, sobretudo a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, e a Psicologia; e por algumas pesquisadoras(es) em subáreas da Geografia, já que a própria geografia feminista e seus estudos sobre a sexualidade se fazem presentes na geografia urbana, na geografia agrária, na geografia política, na geografia da saúde, no ensino de geografia, etc. tendo apresentado uma importante construção.

Ao afirmar que há uma disputa epistemológica dissimulada podemos trazer como exemplos práticos as situações cotidianas de ensino e pesquisa. Basta observarmos a quantidade de mulheres que integram o corpo docente das universidades, que ocupam cargos gerenciais, que são reitoras; poderíamos reduzir ainda mais este número se considerássemos outras intersecções, como raça e sexualidade (McCALL, 2005; VALENTINE, 2007).

Nos eventos científicos, congressos, simpósios, entre outros, raramente encontramos eixos de debates para trabalhos com estas temáticas, o que condiciona tais discussões ao tempo do recente, uma vez que a inclusão de grupos de trabalhos, os conhecidos GT's sobre gênero e sexualidades passaram a existir apenas em meados dos anos 2000. E ainda assim, muitas vezes são incorporados em grupos que somam temas diversos, como se fossem grandes aglomerados, por exemplo: gênero, sexualidades, etnia e religiosidades, temas tão complexos que trabalhados isoladamente dificilmente esgotariam a discussão. Esta ausência e silenciamento não são como já colocamos fatos aleatórios, há uma intencionalidade manifesta. Silva, Nabozny e Ornat (2011) salientam a partir de Foucault (1988), que devemos prestar atenção nisso, pois são fatos que protegem a força e o poder do discurso hegemônico, daí a importância de nossos trabalhos por tratarem de assuntos que são estrategicamente excluídos.

Os trabalhos sobre gênero inseridos no bojo da geografia têm avançado, contudo, são poucos os que abordam o tema de uma forma que ultrapasse o entendimento dicotômico

do conceito. A preocupação com as relações de gênero no espaço é uma realidade consolidada e que adquiriu respeito no campo do saber geográfico desde meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 (SILVA; ORNAT, 2016). Rosa Ester Rossini foi a pesquisadora que iniciou as discussões sobre gênero, ressaltando as particularidades do trabalho feminino no campo, tendo por um tempo uma trajetória “quase solitária” dentro da produção geográfica, como apontam Silva, Nabozny e Ornat (2011).

O trabalho de Rossini merece o reconhecimento e valorização, pois foi através dele que o caminho para o gênero na geografia foi se delineando; tanto que hodiernamente, novos nomes despontaram nas pesquisas deste tema no Brasil, podemos citar a título de exemplo, as professoras: Joseli Maria Silva, Maria Franco García, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Susana Maria Veleda da Silva. E professores, como: Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Benhur Pinós da Costa e Alecsandro J. Prudêncio Ratts, dentre outras(os). Todos os nomes citados tornaram-se referências dentro da Geografia de gênero e feminista brasileira e em demais subáreas da ciência, por se dedicarem a estes estudos, além de contribuírem para o seu alargamento, orientando e formando novas pesquisadoras(es) de modo a “semear” estas ideias, além de ampliarem essa rede, integrando-se em projetos e publicações com profissionais de demais países, da América Latina, como também com países europeus e os Estados Unidos da América.

É lamentável admitir que algumas mulheres cujas vidas foram dedicadas aos estudos geográficos foram silenciadas no processo, mesmo aquelas que alcançaram inclusive reconhecimento internacional. Infelizmente muitos estudantes concluem suas licenciaturas e bacharelados, sem sequer conhecerem seus nomes, Bertha Becker, Lívia de Oliveira, Sandra Lencioni e a própria Rosa Ester Rossini, são nomes que servem para exemplificar este processo de silenciamento epistemológico dentro da Geografia (PEDROSO, et al, 2019).

Esta discussão principia a reflexão a partir dos resultados engendrados pela disputa hegemônica sobre o discurso geográfico, apresentando o quão dispar se torna esta construção, ao modo que expressa os diferentes rebatimentos sobre professoras(es) envolvidos na construção do saber geográfico. É neste sentido, que não podemos menosprezar todo o conhecimento produzido até então, e por este mesmo movimento a despeito de qualquer ingratidão ou presunção nos colocamos sob o desafio de pensar as relações de gênero no campo a partir de diferentes leituras em um processo que está em devir como pontua Massey (2008) ao tratar sobre a concepção de espaço.

Aprofundando questões necessárias: outras geografias

Como outrora destacado, atualmente existem diferentes ramificações da Geografia que chamam à atenção para os sujeitos sociais e seus movimentos, que assim organizam, produzem espaços e espacialidades no movimento do viver (MASSEY, 2008). Por este motivo, é que se faz necessário abrir um parêntese quando passamos a direcionar olhares para os indivíduos que atuam na constituição do espaço, ou seja, quem são as pessoas que o produzem? Quais são os elementos estruturantes dessa produção? Será que ele é neutro? Estas são inquietudes que têm emergido enquanto tensionamentos que são centrais nas outras geografias, nas geografias marginalizadas (NOGUÉ; ROMERO, 2006).

Estas argumentações podem ser estendidas ao que compreendemos enquanto Geografia de Gênero, dado que esta disciplina mantém preocupação com a constituição dos sujeitos, seus corpos, sexualidades, identidades e ações que repercutem em outras formas de interpretar a produção do espaço. Esta construção principia e tem suas bases ancoradas em colocações que partem das fundamentações feministas, fazendo com que esta geografia aborde o “[...] gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes” (SILVA, 1998, p. 108).

A partir destes pressupostos, quem se aprofundou na consideração de multiplicidades espaciais foi a geógrafa feminista inglesa Doreen Massey, que compreende o espaço como um nó, marcado pela constante interação entre local e global, pela coexistência e pluralidades e pela abertura e permanente estado de devir, como algo em construção (MASSEY, 2000; 2008). Essa abordagem teve grande destaque entre os geógrafos anglo-saxões, que em um pensamento distinto da escola humanista, entende a questão do enraizamento como algo negativo, que limita a compreensão das dinâmicas entre fronteiras e endossa discursos nacionalistas pautados em preconceito e ódio.

Massey (2008, p. 29) vê o espaço como uma esfera de possibilidade e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, existe mais de uma voz. Espaço e multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. O espaço sendo produto de inter-relações, resultando na pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.

Espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Espaço é esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Se espaço, é sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço

são co-constitutivos. O espaço está sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado.

Acreditamos que a ideia do espaço como nó na interação local-global é a abordagem que mais se aproxima das discussões no âmbito da geografia feminista, já que ao reforçar a multiplicidade de trajetórias que o compõe, amplia o seu entendimento para além do sentido econômico baseado na luta de classes, isso permite a visibilidade de outros sujeitos e de suas práticas espaciais, mulheres, negros, homossexuais, transexuais, imigrantes, jovens etc., numa teoria que também supera o sentido romântico de enraizamento (MASSEY, 2000).

Isso nos remete às críticas de Gillian Rose (1993) ao afirmar que o espaço historicamente discutido pela geografia é um espaço transparente, que para ela é constituído a partir da “masculinidade social-científica [que] afirma sua autoridade alegando acesso a um mundo geográfico transparente” (ROSE, 1993, p. 63), de modo a negar o Outro (assim como as reivindicações destes Outros), conseqüentemente negando a possibilidade de diferentes espacialidades.

O debate sobre gênero, assim como a questão racial e as sexualidades são ainda hoje, alvo de intensas críticas no discurso epistemológico da Geografia. Mesmo entre algumas geógrafas(os) que se dedicam aos estudos de gênero, há uma visão limitadora sobre a interação destas interfaces. Isso se evidencia pela insistência em tomar o conceito de gênero apenas para atribuir a perspectiva feminina.

Embora a geografia crítica tenha sim proporcionado uma revolução conceitual e empírica de nossa ciência - o que nos aproximou de debates sociais significativos - não podemos negar que muitos geógrafos tratam as questões acima colocadas como secundárias, estando a luta de classes como o principal tema sobre o qual a geografia deve se debruçar. Mas as práticas espaciais são empreendidas por sujeitos, pessoas que possuem um corpo, um corpo branco, negro; um corpo feminino, masculino, transgênero; magro, gordo, musculoso; sadio, doente, um corpo que se move sem limitações, um corpo debilitado, que não pode se mover (HOPKINS, 2018). Por isso, o espaço, como nos advertiu Rose (1993), não é transparente, tampouco uma superfície neutra.

Esse pensamento é limitador e ainda está presente. Muitos pesquisadores, professores e articuladores de movimentos sociais ainda consideram as reivindicações de gênero e de raça como algo secundário. Para alguns teóricos, as relações de classe são

suficientes para explicar as injustiças do mundo. No entanto, o contraste de classes não esgota em si a totalidade de desigualdades entre os sujeitos (PAULA, 2019).

A justificativa dos que perpetuam essa negação está no fato de que enquanto lutas secundárias (gênero e raça) estas, fragmentam e enfraquecem o foco do movimento, pois são específicas, portanto, comprometem a “unicidade”, a coesão de uma luta. Este discurso a nosso ver é superficial, pois tolhe a complexidade da vida, das pessoas e de seus sofrimentos, das espacialidades, que conforme argumentado por Massey (2008) resultam da coetaneidade de trajetórias.

Assim, é necessário um resgate histórico de modo a evidenciar porque a ciência geográfica negligenciou por tanto tempo a relevância de questões relativas à gênero, etnicidade e sexualidade na produção e estudos do espaço, o que nos leva a questionar qual é a função da Geografia? Como este conhecimento surgiu? E em qual contexto legitimou-se enquanto ciência? E, no que concerne às questões caras para as nossas pesquisas: quais foram as repercussões dos estudos sobre relações de gênero no saber geográfico?

Interloquções entre geografia e gênero: caminhos e encontros

As questões de gênero por vezes causam equívocos de interpretação¹, há diferenciações básicas que nos permitem uma compreensão mais profícua do conceito (que, por sua vez, não é algo fechado e acabado), que como todo qual é alvo de disputas e de construções e reconstruções.

O conceito de gênero surge inicialmente entre feministas que buscavam explicar que haviam diferenças baseadas nos sexos que conduziram à hierarquias, desigualdades e opressões às mulheres, de modo a rejeitar o determinismo biológico (BEAUVOIR, 1960). Essa diferença nos remete à ideia de sexo enquanto um viés biológico e anatômico, e gênero enquanto construção social e histórica, portanto não algo natural, universal e imutável (SCOTT, 1995).

Por se configurar culturalmente, as relações de gênero não se apresentam da mesma forma em quaisquer contextos, elas são estabelecidas de acordo com uma temporalidade e espacialidade, limitadas de acordo com a época e os lugares. Cada povo, com sua configuração jurídica, religiosa, organização familiar e política apresentará relações de gênero

¹ Sexo (condição restritamente biológica, macho, fêmea e intersexual), identidade de gênero (feminino, masculino, transgêneros – apresentam uma identificação e representação de gênero diferente da que lhe foi atribuída por nascimento) e orientação sexual (assexuais, heterossexuais, bissexuais, homossexuais, pansexuais).

próprias (GOUVEIA; CAMURÇA, 2004; SILVA, 2003). Assim, algumas estruturas sociais cumprem a função de regular o comportamento de gênero, a exemplo: a família, a escola, a igreja, o Estado (BOURDIEU, 2011).

A consolidação do conceito de gênero ocorreu num processo interativo entre o movimento feminista (incluindo militantes de diferentes correntes políticas) e a produção acadêmica e científica (discutido por distintas abordagens teóricas). Tal processo não ocorreu de forma linear ou etapista, há ainda uma disputa conceitual que segue em curso. Por isso, convém lembrarmos que mesmo os feminismos são plurais, e que o feminismo tradicional produziu ao longo do tempo inúmeras exclusões, deixando à margem a luta de mulheres negras, e mais recentemente a luta da população que apresenta comportamentos de gênero e sexualidades consideradas desviantes (hooks, 1984; CRENSHAW, 1993; 2002).

Temos três abordagens de maior destaque quando lidamos com as relações de gênero. A primeira delas é baseada no patriarcado, e as relações de gênero servem para explicar a dominação do homem sobre a mulher, em virtude da reprodução e da sexualidade de modo que há um enfoque nos papéis desempenhados pelos corpos, numa perspectiva construcionista (SAFFIOTTI, 1976; 2004). Outra forma de interpretar as relações de gênero pauta-se na teoria marxista, tendo como enfoque a divisão sexual do trabalho (GUTERRES, 2001), sobressaltando que as relações de gênero se tornam importante elemento para o estudo de transformações das estruturas econômicas. Existe ainda, a abordagem pós-estruturalista que tem forte influência da psicanálise, já que esta corrente baseia-se na subjetividade, linguagem e performatividade defendendo a instabilidade de teorias e conceitos, numa perspectiva desconstrucionista das relações de gênero (BUTLER, 2002; 2015).

Butler (2017, p. 18) seguindo o raciocínio desta última abordagem, afirma a própria estabilidade e permanência do sujeito mulher, tão discutido pela abordagem do patriarcado passa a ser questionada.

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres.

Assim, o conceito de gênero foi inserido com maior ênfase nos debates acadêmicos a partir da década de 1970 no contexto anglo-saxão, sendo intensificado nas décadas seguintes (LOURO, 1996), chegando posteriormente nas ciências geográficas. Este

constructo nos faz compreender que nossos corpos influenciam em nossas práticas espaciais, deste modo, homens, mulheres, transgêneros, vivenciam o espaço de formas diferentes, ao modo como estes são atravessados e valorados pelas distintas geometrias de poder (MASSEY, 2008).

É neste sentido que as críticas de Rose (1993) se tornam preponderantes, uma vez que pontua sobre o sujeito masculino universal (branco, eurocêntrico, heterossexual, elitista) enquanto base da construção da ciência geográfica, e de como isso se perpetuou silenciando outras formas de vivenciar o espaço. Por estes motivos, acreditamos que o conceito de espaço paradoxal de Rose (1993) é o que mais se adequa para atingir aos objetivos que propusemos nesta reflexão.

Deste modo, faz-se necessário destacar que Rose (1993) chegou a elaboração do espaço paradoxal visando uma abordagem diferenciada, que não se limitasse aos métodos tradicionais da ciência, implicitamente carregados de dominação masculina, branca e heterossexual. O enfoque de Rose (1993) aprofunda as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que mesmo entre segmentos dos que estão na ala mais fraca não são passivos, são dotados de poder, e se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsiders* (margem) e *insiders* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações.

É por meio deste mecanismo que ocorre a subversão da perspectiva masculina dominante, que é marcada pela própria construção da geografia como ciência, de acordo com ela:

Um tema central [...] tem sido o entrelaçamento de subjetividades masculinas e conhecimento geográfico acadêmico. O argumento é que várias formas de masculinidade branca, burguesa e heterossexual estruturaram o modo como a geografia, como disciplina, afirma conhecer o espaço, o lugar e a paisagem. Sugerir que a presença necessária do feminino materno ou sexual nessa imaginação geográfica masculinista produziu um campo excludente de conhecimento. Nesse campo, as posições dominantes do sujeito veem a diferença apenas em relação a si mesma (ROSE, 1993, p. 130).

De acordo com as diferentes correntes geográficas (que não se constituíram de forma linear), alguns métodos foram mais privilegiados do que outros. Inclusive alguns ainda enfrentam conflitos para serem admitidos e reconhecidos enquanto condutores válidos na produção de conhecimento. Podemos pensar, por exemplo, nas perspectivas decoloniais,

que apresentam uma posição crítica ao colonialismo do saber. Basta notar que a maioria dos métodos cientificamente valorizados são criações que se limitam geograficamente e socialmente à uma produção europeia, branca, burguesa, heterossexual.

Não podemos ser ingênuos em não relativizar as implicações políticas de produção do conhecimento, como aponta Ribeiro (2017). A localização de quem fala é importante para o conhecimento, há “outras geografias de razão e saberes”. Apesar de reconhecermos que este conhecimento tradicional hegemônico promove deslegitimidades e privilégios epistêmicos, precisamos conhecê-lo, explicá-lo e posicionar a pesquisa diante deles, pois ainda exercem domínio sobre a produção das ciências sociais, embora haja a construção de epistemologias de bases latinas, africanas, orientais que visam desestabilizar essas “verdades” sobre o discurso de uma suposta neutralidade científica, cujo objetivo consistia em delimitar quem tinha o direito de falar (RIBEIRO, 2017).

Estudos que recaem na marginalidade científica, como já mencionamos anteriormente, abordam mulheres pobres, negras, prostitutas, travestis, jovens infratores, suas espacialidades, são tidas como irrelevantes pela produção acadêmica hegemônica da Geografia brasileira, como aponta Silva (2009). Neste sentido, a autora sugere que a posição do pesquisador que se dedica a temáticas deste tipo deve ser de um fazer científico com e contra os métodos e conceitos institucionais, isso, em nossa interpretação, relaciona-se com a perspectiva de Rose (1993), citada anteriormente.

Conforme salientaram Hanson e Monk (2016), o conhecimento é um construto social, e o tipo de conhecimento inserido numa disciplina depende de quem o produz, de quais métodos foram utilizados para alcançá-lo e quais são os propósitos deste saber, de modo que se deve olhar para os sujeitos pesquisados de um modo diferente, incorporando metodologias que possibilitem a compreensão de vários aspectos.

Como frisa Bourdieu (2006), por mais que possamos constituir um objeto de pesquisa a partir da escolha de um enfoque, não devemos subestimar a pluralidade de aspectos que este objeto nos apresenta. Os sujeitos estudados jamais estão acabados ou fechados em si, tampouco se apresentam como um grupo homogêneo. É dever do pesquisador esmiuçar, desvendar suas trajetórias e características, ou seja, encontrar a geografia que se faz presente nas diferentes configurações e contextos.

Considerações finais

O presente manuscrito trouxe enquanto preocupação a reflexão teórica de alguns conceitos que são chave para a Geografia, sobretudo, a Geografia de Gênero e Feminista, quando pautamos os conceitos de espaço ligado as questões de gênero. O que nos faz pensar que esta disciplina tem papel fundamental na construção dos debates geográficos atuais, sobretudo na Geografia brasileira, que gradativamente tem incorporado tais temáticas, e por tais motivos as(os) pesquisadoras(es) precisam questionar e tensionar os procedimentos - métodos e metodologias - que estruturam essas ausências na Geografia.

Para nós, tal movimento também parte do intento de manter e indicar a multiplicidade de estudos desenvolvidos que merecem respeito científico, considerando que todas as pesquisas sociais são sempre parciais, situacionais, carregadas de valores e experiências que não se restringem somente ao âmbito da academia.

Este entendimento decorre da vivência reforçada pelas resistências conservadoras ainda presenciadas no seio da Geografia, o que acaba por exigir de nós constantes posicionamentos, ressaltando que para além do conteúdo científico é necessário apresentar firmemente o caráter político frente aos ataques e deslegitimações acadêmicas que têm sido cotidianamente enfrentados pelas(os) pesquisadoras(es) desta área.

Agradecimentos

Agradecemos as instituições de fomento de pesquisa, especificamente ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo [processo 2018/057062]) pelos anos de apoio em pesquisa.

Referências

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. 160 p.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 26 p. 83-92, jun. 2006.
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursos del “sexo”**. 1º ed. Buenos Aires – Argentina, Paidós, 2002, 352 p.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. AGUIAR, R. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 287 p.

- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, n. 10, v. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and the violence against women of color. **Stanford Law Review**, 43, 1241-1259, 1993.
- DEMO, P. Dialética, Conhecimento, Democracia. **Rev. de Educação Ética**, CEE, Rio de Janeiro, v. 1, n.1- março, p. 39-47, 2002.
- GOUVEIA, T. CAMURÇA, S. **O que é gênero?** 4ed. Gênero e Cidadania e DED-SACTES, 2004.
- GUTERRES, S. B. Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia. 2001. 130 f. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campinas.
- MONK, J.; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferença**. Toda Palavra, Ponta Grossa, 2016.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- hooks, b. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South End, 1984, 174 p.
- HOPKINS, P. Feminist geographies and intersectionality. **Gender, Place & Culture**, v. 25, n.4, p. 585–590, 2018.
- LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D. E; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.
- MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. Cascavel: **Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE**, 1991. (Digitado).
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. MACIEL, H. P; HAESBAERT, R. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papius, 2000. P. 176-185.
- McCALL, L. The complexity of intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- NOGUÉ, J; ROMERO, J. **Las otras geografías**. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, col. Crónica, 2006, 557 p.
- OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In:_____. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998, v. 1, p. 17-26.
- PAULA, L. A. C. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 100-121, jul-dez, 2019.
- PEDROSO, M. F. Situacionalidade e Interpretações: Quantas Geografias Cabem em uma Vida?. **Rev. Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 66-78, 2019.
- PEDROSO, M. F; SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B; CESAR, T. R. A. O; PINTO, V. A. M; SILVA, E. A. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP ‘Bertha Becker’ e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 18-61, jan.-jun./2019.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

- ROSE, G. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976, 384 p.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 151 p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20. Porto Alegre, 1995. p. 5-22.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Rev. de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.
- SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.
- SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIM JUNIOR, A. B. (Org.). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Editora Toda Palavra, Ponta Grossa, 2011.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio a imaginação geográfica. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-75.
- SILVA, S. M. V. Geografia e gênero/Geografia e feminismo – o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, p. 105-110, 1998.
- VALENTINE, G. Theorizing and researching intersectionality: A challenge for Feminist Geography. **Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.
- WINKIN, Y. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus, 1998. p. 129 – 145.
- ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo em Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP) na linha Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Possui mestrado (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México); bacharelado (2012) e licenciatura (2011) pela mesma universidade. É integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Mateus Fachin Pedroso

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Possui graduação em Licenciatura (2017) e Bacharelado (2018) em Geografia pela mesma universidade. É participante como pesquisador do CETAS (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), sendo atuante no Observatório de Geografia da Saúde pertencente ao Diretório Acadêmico do CNPQ, e também é membro do Laboratório de Biogeografia

e Geografia da Saúde (BIOGEOS). Atualmente compõe enquanto membro a Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Como citar esse artigo

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de; PEDROSO, Mateus Fachin. Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** – Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 5-19, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7341

Recebido em: 31-07-2019

Aceito em: 27-01-2020